



**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**  
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS



**FRANCISCO DE ASSIS MOURA DOS SANTOS**

**ADOÇÃO DO VALOR JUSTO COMO CUSTO ATRIBUÍDO  
DO ATIVO IMOBILIZADO**

Rio de Janeiro – 2013



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS



**FRANCISCO DE ASSIS MOURA DOS SANTOS**

**ADOÇÃO DO VALOR JUSTO COMO CUSTO ATRIBUÍDO  
DO ATIVO IMOBILIZADO**

Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas para  
obtenção do grau de Mestre

Orientador: Prof. Dr. Hélio Arthur Reis Irigaray

Co-Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lopes Cardoso

Rio de Janeiro - 2013

Santos, Francisco de Assis Moura dos

Adoção do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado / Francisco de Assis Moura dos Santos. – 2013.

46 f.

Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.

Orientador: Hélio Arthur Reis Irigaray.

Coorientador: Ricardo Lopes Cardoso.

Inclui bibliografia.

1. Contabilidade de custo. 2. Ativo imobilizado. 3. Contabilidade – Normas. I. Irigaray, Hélio Arthur. II. Cardoso, Ricardo Lopes. III. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. IV. Título.

CDD – 657.42



**FUNDAÇÃO  
GETÚLIO VARGAS**

**FRANCISCO DE ASSIS MOURA DOS SANTOS**

**A ADOÇÃO DO VALOR JUSTO COMO CUSTO ATRIBUÍDO DO ATIVO  
IMOBILIZADO .**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Executivo em Gestão Empresarial da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Data da defesa: 29/01/2013


Aprovada em:

**ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA**



---

**Helio Arthur Reis Irigaray**  
Orientador (a)



---

**Ricardo Lopes Cardoso**  
Co-Orientador (a)



---

**Rafael Guilherme Burstein Goldszmidt**



---

**Francisco José dos Santos Alves**

Dedico esta dissertação:

À minha esposa Denilza,  
pela ajuda na realização  
de muitos sonhos,  
com amor, paciência  
e compreensão.

Ao meu filho Miguel,  
que fez o mundo  
mudar para mim.

Aos meus pais,  
pelo exemplo e apoio  
em todos os momentos.

Aos meus familiares,  
pelo amor incondicional.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus todos os dias de minha vida.

Ao professor Dr. Ricardo Lopes Cardoso, cuja orientação desta dissertação me ajudou a voltar às raízes da minha formação em Ciências Contábeis e contribuir na pesquisa nessa nobre área.

Aos meus colegas de turma do Mestrado MEX 2011, pela amizade construída e pela ajuda mútua.

Aos professores do curso de Mestrado Executivo em Gestão Empresarial da Fundação Getúlio Vargas, por todo o conhecimento transmitido.

## **RESUMO**

Para a contabilidade brasileira o ano de 2010 foi um verdadeiro divisor de águas. O advento da implementação das normas internacionais de contabilidade, padrão IFRS, na contabilidade brasileira, evidencia que essa adoção elevou o grau de qualidade e comparabilidade das demonstrações financeiras das companhias nacionais. A mudança de uma contabilidade baseada em regras para uma contabilidade baseada em princípios aumentou o grau de julgamento exigido pelos responsáveis das demonstrações contábeis. Com essa nova realidade é natural que os profissionais responsáveis pela manutenção e publicação das demonstrações financeiras estejam ainda numa curva de aprendizado dessa nova cultura. Nesse cenário, o objetivo deste trabalho é investigar e analisar o processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, mais especificamente à adoção do custo atribuído (CPC 27) do Ativo Imobilizado.

Palavras-chave: Custo Atribuído, Convergências das Normas Contábeis, IFRS, Ativo Imobilizado.

## **ABSTRACT**

For the Brazilian accounting, it can be said that the year 2010 was a real turning point. With the advent of the implementation of international accounting standards, IFRS, accounting Brazilian, we noted that this adoption has raised the level of quality and comparability of financial statements of domestic companies. The change in accounting rules-based to principles-based accounting increased the degree of judgment required by the heads of the financial statements. With this new reality is natural that professionals responsible for maintaining and publishing the financial statements are still in a learning curve of this new culture. In this scenario, the objective of this work is to investigate and analyze the process of convergence with International Accounting Standards, more specifically the adoption of deemed cost (CPC 27) for Property, Plant and Equipment.

**Key-words:** Deemed Cost, Convergence of Accounting Standards, IFRS, Property Plant Equipment.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Empresas que efetivamente utilizaram o custo atribuído nas suas demonstrações financeiras.....	29
Quadro 2	Empresas que adotaram o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado.....	34

## LISTA DE SIGLAS

<b>ARC</b>	Comitê de Regulamentação Contábil da Comissão Europeia
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>CE</b>	Comissão Europeia
<b>CESR</b>	Comitê dos Órgãos Reguladores Europeus de Valores Mobiliários
<b>CPC</b>	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários
<b>EEE</b>	Espaço Econômico Europeu (UE 27 + países)
<b>EFRAG</b>	Grupo Consultivo Europeu sobre Informações Financeiras
<b>EITF</b>	Força Tarefa de Questões Emergentes (do FASB)
<b>FASB</b>	Conselho de Normas Contábeis e Financeiras (EUA)
<b>FEE</b>	Federação Europeia de Contabilidade
<b>GAAP</b>	Princípios Contábeis Geralmente Aceitos
<b>IAS</b>	Normas Contábeis Internacionais
<b>IASB</b>	(International Accounting Standards Board) Conselho de Normas Contábeis Internacionais
<b>IASC</b>	Comitê de Normas Contábeis Internacionais
<b>IASCF</b>	Fundação IASC (matriz do IASB)
<b>IFAC</b>	Federação Internacional de Contadores
<b>IFRIC</b>	Comitê de Interpretação de Informação Financeira Internacional do IASB e Interpretações por ele publicadas
<b>IFRS</b>	Normas de Informação Financeira Internacionais
<b>IFT</b>	Informações Financeiras Trimestrais
<b>ITR</b>	Informações Trimestrais
<b>IOSCO</b>	Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários
<b>MP</b>	Medida Provisória
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>SAC</b>	Conselho Consultivo de Normas (ligado ao IASB)
<b>SEC</b>	Comissão de Valores Mobiliários (EUA)
<b>SIC</b>	Comitê Permanente de Interpretações (Standing Interpretations Committee) do IASC e interpretações por ele publicadas
<b>SUSEP</b>	Superintendência de Seguros Privados

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	11
1.2	DEFINIÇÃO DOS LIMITES DO PROBLEMA.....	12
1.3	JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	13
1.4	PERGUNTAS DE PESQUISA.....	14
1.5	OBJETIVO DA PESQUISA.....	14
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>15</b>
2.1	BREVE HISTÓRICO CONTÁBIL NO BRASIL.....	15
2.2	ATIVO IMOBILIZADO – EMBASSAMENTO TEÓRICO.....	17
2.3	ATIVO IMOBILIZADO – CPC 27 (IAS 16).....	19
2.4	REAVALIAÇÃO DE ATIVOS.....	22
2.5	CUSTO ATRIBUÍDO ( <i>DEEMED COST</i> ) – ICPC 10.....	23
2.6	ANÁLISE DE TRABALHOS ACADÊMICOS PUBLICADOS.....	25
<b>3</b>	<b>MÉTODO DE PESQUISA.....</b>	<b>27</b>
3.1	UNIVERSO E AMOSTRA.....	27
3.2	COLETA DE DADOS.....	28
3.3	LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	28
3.4	TRATAMENTO DE DADOS.....	29
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E ANÁLISES.....</b>	<b>30</b>
4.1	COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (CEMIG).....	30
4.2	COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO (CESP).....	31
4.3	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (COPEL).....	32
4.4	CPFL ENERGIA S.A.....	33
4.5	GERDAU S.A.....	34
4.6	KLABIN S.A.....	34

4.7	LIGHT S.A.....	35
4.8	MARFRIG FRIGORÍFICOS E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.....	35
5	CONCLUSÃO.....	37
	REFERÊNCIAS.....	40
	GLOSSÁRIO.....	43
	ANEXO A: RELAÇÃO DE EMPRESAS ANALISADAS.....	45

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Desde a promulgação da Lei 6.404 no ano de 1976, conhecida como a Lei das S.As., o Brasil não atravessa uma revolução tão grande no seu mundo contábil. Com o advento da Lei 11.638/2007, o País passou a harmonizar as suas normas contábeis com aquelas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb). A Lei 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

O processo de convergência atingiu seu ápice em 2011, com a obrigatoriedade de que todas as companhias abertas adotem esse padrão internacional, devidamente adaptado à realidade brasileira pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para as demonstrações contábeis encerradas em 2010.

Novos procedimentos para avaliação dos itens patrimoniais e mudanças nas exigências de divulgação de informações são apenas um aspecto da convergência. A maior e mais significativa alteração trazida pelas normas internacionais se refere à mentalidade que pauta a elaboração e, conseqüentemente, a análise da informação contábil. O objetivo é que se consiga demonstrar a posição patrimonial e o desempenho da companhia o mais próximo possível da realidade.

Essa nova postura do contador também tem efeitos para todos aqueles que se utilizam da informação contábil. Auditores, analistas, investidores, reguladores, advogados e os próprios contadores vivem hoje, um período de aprendizado. É natural que dificuldades surjam pelo caminho. Afinal, quebras de paradigma são usualmente dolorosas.

A literatura de contabilidade internacional apresenta os *International Financial Reporting Standards* (IFRSs) como pronunciamentos baseados em princípios. Diversos países que estão adotando os IFRSs tinham pronunciamentos contábeis precedentes baseados em regras e têm (ou tinham) cortes e autoridades reguladoras que verificam a adequação das demonstrações contábeis por meio da conformidade às normas. O Brasil é um desses países.

A Lei nº 11.638, sancionada pelo Governo Federal brasileiro no final de 2007, altera a antiga Lei 6.404/76, conhecida como a Lei das Sociedades por Ações e determina que toda

empresa brasileira de capital aberto deve elaborar suas demonstrações financeiras em conformidade com as normas internacionais de contabilidade. Tais normas são os *International Financial Reporting Standards* (IFRSs), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Além dos IFRSs completos exigidos pela legislação societária, as empresas que não têm obrigação pública de prestação de contas e não são enquadradas como grande porte pela Lei 11.638/07 precisam adotar o IFRS para pequenas e médias empresas (PMEs).

Para completar o processo de adoção de normas internacionais, os *International Standards on Auditing* (ISAs), emitidos pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) vêm sendo adotados compulsoriamente pelas firmas de auditoria desde 2010, e os *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASs), publicados pelo *International Public Sector Accounting Standards Boards* (IPSASB), começarão a ser exigidos pelas entidades do setor público a partir de 2013.

A adoção de pronunciamentos contábeis requer muito mais que a simples tradução e publicação em diários oficiais. Esse processo requer uma mudança de paradigma, uma vez que a implantação de tais pronunciamentos demanda o exercício de julgamento profissional em escala substancialmente maior que a adoção dos pronunciamentos pré-existentis.

Até a ocorrência da mudança, os pronunciamentos contábeis eram fortemente influenciados pela legislação tributária brasileira e em um enorme conjunto baseados em regras. No entanto, os pronunciamentos internacionais são baseados em grande parte em princípios, o que exige de gestores, contadores e auditores o exercício de julgamento e tomada de decisão (J&TD) e a utilização de estimativas significativas.

## 1.2 DEFINIÇÃO DOS LIMITES DO PROBLEMA

Em razão da influência fiscal na elaboração das demonstrações contábeis, para fins societários no cenário nacional, é fato que grande parte das empresas vinha, até o ano de 2009, depreciando seus ativos com base nas taxas admitidas pelo Fisco conforme Instrução Normativa SRF 162/98 e 130/99. Nesse contexto, tais empresas não faziam, por exemplo, a revisão da vida útil desses ativos ou ainda a determinação dos respectivos valores residuais.

De fato, tal prática acabava por reduzir a relevância da informação contábil para fins de tomada de decisão. Isso porque, ao longo do tempo, parte dos ativos totalmente depreciados,

conforme critérios fiscais, continuava gerando benefícios econômicos para as empresas. Dessa forma, na continuidade, o ativo e, por consequência, o patrimônio líquido ficam subavaliados e, em contrapartida, o resultado fica superavaliado, pois não reflete a depreciação dos ativos fixos.

Justifica-se a delimitação do estudo pois como forma de “corrigir” o valor dos ativos imobilizados, foi fortemente recomendado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) através da aprovação do CPC nº 27 aprovado em 26 de Junho de 2009 e, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) através da Deliberação CVM nº 583 de 31 de Julho de 2009 que, na adoção inicial das normas internacionais no Brasil, as empresas mensurassem tais ativos pelo *deemed cost* (custo atribuído), que seria o valor justo desses ativos nessa data. Conforme definição presente no CPC 27, entende-se por valor justo o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Tal recomendação estava igualmente em linha com o que é preconizado pelo IASB (*International Accounting standards Board*), conforme a IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

### 1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Vale ressaltar que a adoção do custo atribuído para a mensuração de ativos imobilizados na adoção inicial é uma opção, e não uma obrigação. Dentro desse contexto este trabalho buscou analisar quais empresas da amostra, que estão devidamente apresentadas neste estudo, no capítulo 3.1, optaram por essa base de mensuração na adoção inicial.

Uma das exigências para as empresas que adotaram o custo atribuído na adoção inicial foi justamente apresentar os respectivos ajustes decorrentes dessa alteração, de modo a conciliar os valores anteriores com esses novos valores justos.

## 1.4 PERGUNTAS DE PESQUISA

Este trabalho avaliou se as companhias abertas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, que compunham o índice teórico IBOVESPA em 30 de dezembro de 2010, adotaram o conceito de custo atribuído em seus ativos imobilizados. Para isso, foi desenvolvida a seguinte suposição:

Suposição – As companhias abertas listadas no índice IBOVESPA em 30 de dezembro de 2010 mensuraram seus ativos imobilizados pelo custo atribuído.

Para comprovação da suposição foi realizado um estudo exploratório de forma a responder a seguinte pergunta:

- a) Empresas obrigadas a adotar os IFRSs mensuraram o Ativo Imobilizado na data de transição pelo custo atribuído?

## 1.5 OBJETIVO DA PESQUISA

O objetivo deste trabalho é investigar e analisar o processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, mais especificamente a adoção do custo atribuído (CPC 27), bem como o julgamento para tomada de decisão, verificando como as empresas analisadas estão valorizando seus ativos imobilizados, e como foi a evidencialização do custo atribuído e seus respectivos reflexos em suas demonstrações financeiras de 2010.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse capítulo será apresentada a literatura atual necessária para todo o embasamento teórico e prático para a classificação do ativo imobilizado. Será estudada a legislação pertinente, o CPC 27, o ICPC 10 e o custo atribuído, sempre relacionado ao ativo imobilizado.

### 2.1 BREVE HISTÓRICO CONTÁBIL NO BRASIL

As mudanças recentes que ocorreram no cenário contábil nacional e mundial são uma evolução natural de um desenvolvimento histórico que se iniciou desde os primórdios da contabilidade. Em seu estudo sobre a evolução contábil, Hendriksen e Breda (1999, p.50) dizem que "existem registros de transações financeiras de quatro mil anos atrás, mas foi apenas na Itália do século XIV que surgiu o sistema de partidas dobradas que utilizamos atualmente". A partir do registro dessas transações, percebe-se que pode haver um forte elo entre o aparecimento da contabilidade e a necessidade do homem de mensurar suas riquezas e ter controle sobre as mesmas.

Com o progresso das civilizações mundiais e a evolução da agricultura viu-se a necessidade de se realizar o registro da operação feita no intuito de facilitar a localização das mercadorias e propriedades (SCHMIDT, 2000). Assim, a contabilidade foi sendo moldada ao longo dos anos.

Ao pesquisar sobre a história contábil mundial percebe-se que esta apresenta distintas características em diferentes países, o que se deve basicamente à influência social, cultural, política e econômica de cada localidade. Segundo Iudícibus (2006, p. 35), "O grau de desenvolvimento das teorias contábeis e de suas práticas está diretamente associado, na maioria das vezes, ao grau de desenvolvimento comercial, social e instrucional das sociedades, cidades ou nações".

Ao longo desses anos a ciência contábil tornou-se um elemento imprescindível para a criação, manutenção e evolução de qualquer empresa, devido às grandes modificações ocorridas no ambiente empresarial mundial e a busca intensificada de novos recursos que, em muitos casos, não estão disponíveis em seus países de origem. Nesse cenário, as companhias

foram se desenvolvendo e expandindo, surgiram as companhias multinacionais e empreendimentos transacionais. Como resposta natural a essas mudanças, percebe-se o surgimento de novas demandas dos usuários contábeis.

O avanço tecnológico e a globalização econômica provocaram um crescimento nos meios de comunicação, que contribuíram para reduzir as diferenças relacionadas à informação entre países. É importante salientar que mesmo com esse crescimento tecnológico, ainda é normal que existam divergências nas práticas contábeis executadas pelos profissionais da área, provenientes, em grande parte dos casos, do próprio usuário.

Pode-se verificar que ao longo dos anos um dos principais fatores responsáveis por essas divergências são os diversos modelos contábeis existentes nos países que dificultam o entendimento e o trabalho dos contadores, bem como dos demais usuários da contabilidade, podendo haver, dessa forma, um desencontro nas informações contábeis, ferindo algumas abordagens e não permitindo julgamentos e tomadas de decisão adequadas por parte de seus usuários. Ressalta-se que uma das principais finalidades da contabilidade é fornecer informações úteis para os usuários.

Em decorrência dessa necessidade de padronização contábil, pesquisadores e profissionais da área contábil começaram a estudar formas de padronizar as práticas contábeis, com o intuito de se diminuir essas divergências. Em contra partida verifica-se que essa padronização desejada sofre a influência de diversos fatores que podem não permitir a criação de um único padrão. Conforme Franco (1997, p. 24): "Deve-se reconhecer que a harmonização total e absoluta nem sempre é possível, dadas as características econômicas e culturais de cada país". Com isso criou-se alternativas para que ao menos os princípios fundamentais de contabilidade sejam seguidos.

Em 1973 foi criado o IASC (*International Accounting Standards Committee*), cujo objetivo era formular e publicar, de forma totalmente independente, um novo padrão de normas contábeis internacionais que possa ser universalmente aceito. Os primeiros pronunciamentos publicados por esta instituição foram chamados de *International Accounting Standard* (IAS).

Em 1997 o IASC criou o SIC (*Standing Interpretations Committee*), cujo objetivo era responder as dúvidas de interpretação dos usuários. Em primeiro de abril de 2001 foi criado o IASB (*International Accounting Standards Board*), na estrutura do IASC Foundation, inclusive, assumindo suas responsabilidades técnicas, com o objetivo de melhorar os pronunciamentos contábeis internacionais emitidos pelo IASC.

Hoje todos os pronunciamentos contábeis internacionais publicados pelo IASB têm o nome de IFRS (*International Financial Reporting Standard*), cujo objetivo é transformar os pronunciamentos contábeis anteriores (IAS) em novos padrões internacionais que respondam às expectativas crescentes dos usuários da informação contábil.

Verifica-se que no Brasil esse panorama contábil não foi muito diferente. Iniciando-se com a abertura comercial ocorrida no final dos anos 90, ocorreu um crescimento relacionado às empresas brasileiras, que hoje têm contato direto com economias estrangeiras, títulos negociados nas bolsas de outras jurisdições, ao alcance de variados investidores.

Em 2005 foi criado no Brasil, pela Resolução CFC nº 1.055/05, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), tendo como objetivo: o estudo, o preparo, e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de contabilidade e divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais. O CPC é o órgão brasileiro responsável pela condução e emissão de pronunciamentos técnicos do processo de harmonização no país.

Em 2006 o IBRACON (Instituto Brasileiro de Auditores Independentes do Brasil) divulgou o primeiro estudo sobre as principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). O objetivo desse estudo foi guiar o início da ação de convergência das práticas contábeis brasileiras. Em dezembro de 2007, com a Lei nº 11.638/07, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entraram em vigor algumas alterações relativas à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

## 2.2 ATIVO IMOBILIZADO - EMBASSAMENTO TEÓRICO

Na visão de Hendriksen e Van Breda (1999, p.206), ativos devem ser definidos como “potenciais de fluxos de serviços ou direitos a benefícios futuros sob o controle de uma organização.”

De acordo com Santos *et al* (2007, p.114) os ativos são “recursos controlados pela empresa capazes de gerar fluxos futuros positivos de caixa.”

Ambos os autores evidenciam a característica que possibilita a classificação de um item como ativo. Tal dispêndio é assim classificado pela sua capacidade de gerar benefícios futuros à entidade através da geração de fluxos de caixa. Do contrário, seria classificado como uma despesa, com impacto direto no resultado da companhia.

A definição de ativo pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) é a seguinte: “Um ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados, e do qual se espera que fluam benefícios econômicos futuros para a entidade”. (CPC, 2010, p.10).

Conforme definição constante do CPC 27, ativos imobilizados de uma empresa são: “itens tangíveis utilizáveis por mais do que um ano e que sejam detidos para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel ou para fins administrativos”.

A Lei 6.404/76 em seu artigo 179, item IV, conceitua os itens a serem classificados no ativo imobilizado:

Os diretos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens. (BRASIL, 1976).

Santos e Schmidt (2002) julgam que devem ser classificados no grupo contábil do imobilizado os diretos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da companhia, ou do negócio, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os direitos de propriedade industrial ou comercial.

Para Szuster *et al* (2011, p.321) o ativo imobilizado na entidade deve ser percebido sob o seguinte enfoque:

O imobilizado corresponde às aplicações de recursos da entidade em ativos tangíveis que não se tem por objetivo transformar diretamente em dinheiro e que são utilizadas em sua atividade operacional, ou seja, o Imobilizado corresponde aos saldos dos bens tangíveis da entidade utilizados em suas operações normais e que têm a capacidade de gerar benefícios econômicos durante vários períodos, como: imóveis, móveis, utensílios, máquinas, equipamentos e veículos. São avaliados pelo valor original de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e da provisão para perdas por irrecuperabilidade.

O IASB define ativo imobilizado no IAS 16, na seção de definições no parágrafo 16. Tal definição é assim traduzida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no parágrafo 15 do CPC 27:

Ativo imobilizado é o item tangível que:

- a) É mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel e outros, ou para fins administrativos; e
- b) Se espera utilizar por mais de um período. (CPC, 2011, p.11)

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Segundo os autores Gonçalves e Baptista (2004, p.253), os itens que serão passíveis de contabilização na conta do imobilizado, podem ser divididos em dois grupos:

- a) Imobilizado em operação: Constituído pelos bens e direitos que se encontram em utilização normal, de conformidade com o objeto social da empresa; e
- b) Imobilizado em andamento: formado pela aplicação de recursos em imobilizações que ainda não estão operando.

Dessa forma é possível perceber, seja na literatura acadêmica, ou por regimentos normativos, que os ativos, para serem devidamente classificados como item do imobilizado, devem atender, além do requisito de gerar benefícios futuros, o de serem bens corpóreos (tangíveis), não destinados à comercialização e que a companhia espera utilizar por mais de um exercício. Dessa maneira ao efetuar o registro desses bens em contas de ativo imobilizado, o profissional contábil deve se assegurar de que os valores assim contabilizados atendam plenamente a esses requisitos fundamentais.

### 2.3 ATIVO IMOBILIZADO – CPC 27 (IAS 16)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), após a devida audiência pública e aprovação, emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 27, denominado “Ativo Imobilizado”.

De maneira geral, não existem diferenças significativas no que diz respeito ao reconhecimento e à mensuração de tais ativos, quando se compara com a antiga norma brasileira. Basicamente tais diferenças podem ser atribuídas à metodologia de *Impairment*<sup>1</sup> e à adoção do custo atribuído (na adoção inicial dos IFRSs).

Segundo a técnica contábil, essa prática trata da diminuição do valor recuperável de um bem do registrado no ativo da companhia. Em termos práticos essa prática dispões da necessidade das empresas em avaliar, periodicamente, os itens contabilizados como ativos que geram resultados antes de contabilizá-los no balanço. Dessa forma, a todo momento que se identificar que um ativo esteja avaliado por valor não recuperável no futuro, ou seja, toda vez que houver uma projeção de geração de caixa em valor menor ao resultado pelo qual o ativo está registrado, a companhia terá que realizar a contabilização da baixa dessa diferença.

A definição de custo atribuído está na seção 2.4 deste trabalho.

Em suma, os bens imobilizados continuam a ser reconhecidos pelo valor de custo e são depreciados ao longo da vida útil. Contudo, a norma internacional exige um maior detalhamento em relação ao que se vinha fazendo até então no Brasil, incluindo requisitos de depreciação por componente e revisão anual da vida útil.

Adicionalmente, é requerido um maior nível de divulgação para permitir que os usuários consigam avaliar adequadamente os tipos de ativos imobilizados controlados pelas entidades e igualmente suas mutações ao longo do período.

Abaixo, destaca-se resumidamente, os principais pontos do CPC 27:

- a) Reavaliação: não é mais permitida no Brasil (artigo 1º da Lei 11.638/07 que altera o artigo 183 da Lei 6.404/76), mas podem ser mantidos os valores reavaliados se efetuados enquanto a reavaliação era permitida;
- b) Revisão da vida útil: é obrigatória a revisão, pelo menos anual, dos parâmetros que levaram à definição do valor periódico da depreciação;
- c) Componentização: cada ativo com custo relevante precisa ser segregado para depreciação própria;
- d) *Impairment*: avaliar os indicadores de perdas acumuladas por desvalorização pelo menos uma vez por ano;
- e) Venda de imobilizado usado: geralmente não faz parte das receitas da entidade, sendo reconhecida no resultado diretamente ao ganho ou à perda com essa alienação, a não ser quando essas receitas forem relevantes e forem parte normal do

---

<sup>1</sup> *Impairment* palavra em inglesa que, em tradução literal, significa deterioração.

negócio. Nesse caso, a alienação de imobilizados é receita de venda, e o valor contábil líquido baixado é custo do item vendido;

- f) Peças de reposição: são geralmente consideradas como estoque e baixadas ao resultado quando consumidas, exceto quando: (i) houver expectativa de uso por mais do que um período; e (ii) associadas diretamente a um item específico do imobilizado, devendo então ser registrado como parte do referido item;
- g) Divulgação: (i) dos critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto; (ii) dos métodos de depreciação utilizados e das vidas úteis ou das taxas de depreciação utilizadas; (iii) do valor contábil bruto e da depreciação acumulada (mais as perdas acumuladas por desvalorização) no início e no fim do exercício; e (iv) de uma conciliação do valor contábil no início e no fim do exercício, demonstrando adições, ativos classificados como mantidos para venda, aquisições por meio de combinações de negócios, aumentos ou reduções decorrentes de reavaliações, provisões para perdas de ativos, reconhecidas no resultado, e reversão de perda por desvalorização de ativos.

Contudo, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27, suas orientações não são aplicáveis a:

- a) Ativos imobilizados classificados como mantidos para venda de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não circulante Mantido para venda e Operação Descontinuada;
- b) Ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola (ver o Pronunciamento Técnico CPC-29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola);
- c) Reconhecimento e mensuração de ativos de exploração e avaliação (ver o Pronunciamento Técnico CPC 34 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais); ou
- d) Direitos sobre jazidas e reservas minerais tais como, petróleo, gás natural, carvão mineral, dolomita e recursos não renováveis semelhantes.

Contudo, este pronunciamento aplica-se aos ativos imobilizados usados para desenvolver ou manter os ativos descritos nas alíneas b) e d).

Ao adotar esse instrumento na contabilização dos investimentos em ativo imobilizado, a companhia utiliza práticas consoantes com as adotadas no padrão internacional através da *IAS 16 Property Plant and Equipment*, emitida pelo IASB.

## 2.4 REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

Atualmente o Pronunciamento Técnico CPC 27, em linha com as normas internacionais através do IAS 16, menciona a possibilidade da reavaliação do ativo imobilizado. Porém, para que isso seja possível, essa prática deve ser permitida por Lei, conforme transcrito abaixo (CPC 27, 2009, p.10):

31 – Após o reconhecimento como um ativo, o item do ativo imobilizado cujo valor justo possa ser mensurado confiavelmente pode ser apresentado, **se permitido por lei**, pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo à data da reavaliação menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas subsequentes. A reavaliação deve ser realizada com suficiente regularidade para assegurar que o valor contábil do ativo não apresente divergência relevante ao seu valor justo na data do balanço. (grifo nosso).

A Lei 6.404/76, com base no artigo 8º permitia a possibilidade de execução da reavaliação das contas patrimoniais:

Art.8º A avaliação dos bens será feita por (3) três peritos ou por pessoa especializada, nomeados em assembléia-geral dos subscritores, convocada pela imprensa e presidida por um dos fundadores, instalando-se em primeira convocação com a presença de subscritores que representam metade, pelo menos, do capital social, e em segunda convocação com qualquer número.  
§1º Os peritos ou empresa avaliadora deverão apresentar laudo fundamentado, com a indicação dos critérios de avaliação e dos elementos de comparação adotados e instruídos com os documentos relativos aos bens avaliados, e estarão presentes à assembléia que conhecer do laudo, a fim de prestarem as informações que lhe forem solicitadas. (BRASIL, 1976).

Entretanto, a Lei 11.638/07, através do seu artigo 1º, altera o artigo 183, § 3º, extinguindo, dessa forma, a possibilidade de realização de novas reavaliações patrimoniais, que passa a ter a seguinte redação:

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, no intangível e no diferido, a fim de que sejam:  
I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou



II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. (BRASIL, 1976).

Visto que a adoção das normas internacionais no Brasil se deram ao longo do tempo e em momentos distintos, o CPC realizou a emissão do ICPC 10, o qual tem como objetivo a interpretação para adoção inicial de alguns CPCs, dentro eles o CPC 27 relacionado ao ativo imobilizado.

## 2.5 CUSTO ATRIBUÍDO (*DEEMED COST*) – ICPC 10

Em razão da influência fiscal na elaboração das demonstrações contábeis para fins societários no cenário nacional, a prática utilizada por muitas empresas no Brasil foi a de considerar como taxas de depreciação aquelas aceitas pela legislação tributária (MINISTÉRIO DA FAZENDA, Instrução Normativa SRF nº 162/98). Segundo o Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 3.000 de 26 de março de 1999), “A taxa anual de depreciação será fixada em função do prazo durante o qual se possa esperar utilização econômica do bem pelo contribuinte na produção de seus rendimentos” (MINISTÉRIO DA FAZENDA, Art. 310 do vigente Regulamento do Imposto de Renda – R.I.R./99, por remissão à Lei nº 4.506, de 1964, art. 57, § 2º). Também, segundo essa legislação fiscal,

A Secretaria da Receita Federal publicará periodicamente o prazo de vida útil admissível, em condições normais ou médias, para cada espécie de bem, ficando assegurado ao contribuinte o direito de computar a quota efetivamente adequada às condições de depreciação de seus bens, desde que faça a prova dessa adequação, quando adotar taxa diferente. (MINISTÉRIO DA FAZENDA, Art. 310, §1º, do R.I.R./99, por remissão à Lei nº 4.506, de 1964, art. 57, § 3º).

Nesse contexto, tais empresas não faziam, por exemplo, a revisão da vida útil desses ativos ou ainda a determinação dos respectivos valores residuais. Além disso, adotavam o método linear das cotas constantes independentemente da característica do item imobilizado.

De fato, tal prática acabava por reduzir a relevância da informação contábil para fins de tomada de decisão. Isso porque, ao longo do tempo, parte dos ativos totalmente depreciados, conforme critérios fiscais, continuava gerando benefícios econômicos para as empresas.

Dessa forma, na continuidade, o ativo e, por consequência, o patrimônio líquido ficam subavaliados e, em contrapartida, o resultado superavaliado, pois não se reflete a depreciação dos ativos imobilizados.

Como forma de “corrigir” o valor dos ativos imobilizados, foi fortemente recomendado pelo CPC e CVM que, na adoção inicial das normas internacionais no Brasil, as empresas mensurassem tais ativos pelo custo atribuído, que seria o valor justo desses ativos na data de transição para os IFRSs. Tal recomendação estava igualmente em linha com o contido nas normas internacionais emitidas pelo IASB (conforme a IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, em especial nos itens D5 a D8). Se realizada a reavaliação do imobilizado anterior, enquanto legalmente permitida, e substancialmente representativa ainda do valor justo, podem seus valores ser admitidos como custo atribuído. Esse processo é descrito no ICPC 10 e chamado de custo atribuído (*deemed cost*):

Incentiva-se, fortemente, que no caso do item 21 desta interpretação, na adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27 seja adotado, como custo atribuído (*deemed cost*) esse valor justo. Essa opção é aplicável apenas e tão somente na adoção inicial, não sendo admitida a revisão da opção em períodos subsequentes ao da adoção inicial. Consequentemente, esse procedimento não significa a adoção da prática contábil da reavaliação de bens apresentada no próprio Pronunciamento Técnico CPC 27. A previsão de atribuição de custo na adoção inicial (*deemed cost*) está em linha com as normas contábeis internacionais emitidas pelo IASB (IFRS 1, em especial nos itens D5 a D8). Se realizada a reavaliação do imobilizado anteriormente, enquanto legalmente permitida, e substancialmente representativa ainda do valor justo, podem seus valores ser admitidos como custo atribuído. § 3º Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições do valor atribuído a elementos do ativo (§ 5º do art. 177, inciso I do caput do art. 183 e § 3º do art. 226 desta lei) e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado. (CPC, 2010, item 22).

Sobre esse aspecto, é importante ressaltar novamente que, apesar de as normas internacionais permitirem que as empresas adotem a reavaliação como base de mensuração dos ativos imobilizados, tal prática foi abolida no Brasil conforme mencionado acima. Em outras palavras, a adoção do custo atribuído (que pode ser entendido como uma reavaliação, visto que esta pode aumentar ou modificar o valor do bem ao valor justo), é permitida apenas para fins de adoção inicial das normas internacionais.

Outro ponto importante a salientar é que quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, os ajustes decorrentes de mudança de estimativas de

vida útil (taxas de depreciação) poderiam ser tratados, conforme o caso, como mudança de política ou de estimativa contábil. Segundo o material publicado pelo CPC que visava a interpretação e orientações técnicas contábeis: “[...] a adoção retrospectiva dos ajustes exigiria que fossem adotadas premissas baseadas em como teria sido as condições de utilização, manutenção e evolução tecnológica em cada período anterior, o que pode não ser viável no caso de muitas empresas [...]” (CPC, 2009).

Ainda nessa mesma linha, há previsão no item 35 do Pronunciamento Técnico CPC 23, que determina: “Quando for difícil distinguir uma mudança na política contábil de uma mudança na estimativa contábil, a mudança é tratada como mudança na estimativa contábil [...]” Também é válido salientar que, no Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro no seu item 19, está contido a seguinte previsão:

(a) A entidade deve contabilizar uma mudança na política contábil resultante da adoção inicial de Pronunciamento, Interpretação ou orientação, **de acordo com as disposições transitórias específicas, se existirem, expressas nesse Pronunciamento, Interpretação ou Orientação.** (grifo nosso). (CPC, 2010).

## 2.6 ANÁLISE DE TRABALHOS ACADÊMICOS PUBLICADOS

Outras fontes bibliográficas utilizadas para a realização deste trabalho foram obras similares publicadas anteriormente. Basicamente na literatura acadêmica brasileira, até a data de pesquisa deste trabalho, foram encontrados e publicados dois trabalhos relevantes que tocam diretamente na questão de avaliação de ativos.

O primeiro trabalho, cujo título é “Escolhas contábeis em propriedade para investimento”, teve como objetivo a análise das escolhas contábeis de empresas listadas na BM&FBOVESPA, quando da adoção da norma CPC 28 que trata de Propriedade para Investimento. Este CPC proporciona a escolha da utilização dos métodos do valor justo ou método de custo para a avaliação das propriedades para investimento. Nesse trabalho foram analisadas as Demonstrações Contábeis consolidadas dos anos de 2009 e 2010, de 39 empresas, com foco nas propriedades para investimento que estão dentro do escopo da norma CPC 28 e, consequentemente, se aplicaram as exigências do normativo. Ao final, tem-se que

17 empresas (44%) adotaram o método do valor justo e as 22 empresas restantes (56%) optaram pelo método de custo.

É importante ressaltar que, conforme os autores, nenhuma das variáveis utilizadas no referido estudo, nos anos analisados, influenciaram na escolha do valor justo ou custo para as propriedades para investimento. Outro fator ressaltado pelos autores é de que se deve levar em consideração que os anos de 2009 e 2010 foram os primeiros anos da utilização do CPC 28, assim como dos demais Pronunciamentos Contábeis, de forma plena; e tal fato pode ter influenciado no resultado encontrado.

O segundo trabalho analisado tem o título: “Uma análise da mensuração e evidenciação de propriedades para investimento nas companhias brasileiras do setor de exploração de imóveis”. Nesse trabalho os autores têm por objetivo principal verificar como as empresas brasileiras do setor de exploração de imóveis têm mensurado as propriedades mantidas para investimento e como está sendo a divulgação dos procedimentos utilizados nessa mensuração. Para esse estudo foram analisadas 09 empresas, listadas na BM&FBOVESPA em 2010, que atuavam no setor de Exploração de imóveis.

Ao final observou-se que 03 empresas (33%) adotaram o método do valor justo com finalidade de mensuração no balanço patrimonial e que as 06 empresas restantes (67%) optaram pelo método de custo.

Em decorrência da análise desses dois trabalhos, pode-se observar, no que tange ao nível de divulgação, que há uma ausência de regulamentação clara e objetiva sobre o valor justo. Consequentemente essa ausência acarreta omissão de itens importantes que aumentariam a qualidade da informação prestada.

### 3 MÉTODO DE PESQUISA

Para a classificação da pesquisa, toma-se por base a taxonomia apresentada por Lakatos e Marconi (1978), na qual apresentam que as técnicas de pesquisa podem ser classificadas em documental (fontes primárias) ou bibliográficas (fontes secundárias). A técnica empregada neste trabalho constituiu-se essencialmente no levantamento bibliográfico do assunto estudado, sempre com uma visão crítica contábil.

Segundo Gil (1999), essa modalidade tem como objeto principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Foi realizada uma pesquisa exploratória, conduzida por meio de uma investigação documental do conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas das empresas alvo da amostra, para identificação da evidencialização da adoção do custo atribuído na conta do ativo imobilizado nas demonstrações contábeis.

Foi desenvolvida uma análise de conteúdo dos pronunciamentos contábeis, como forma de se identificar quais são os fatores relevantes para a adoção do custo atribuído.

Também foi realizada uma investigação em materiais publicados em livros, revistas, jornais e redes eletrônicas.

#### 3.1 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo da pesquisa é composto por todas as empresas brasileiras que adotaram os IFRSs completos no exercício findo de 2010.

A amostra é composta por 58 companhias abertas não financeiras com ações de maior liquidez na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). A ideia foi ter uma amostra das maiores empresas no Brasil, com representantes dos maiores setores. O Índice Bovespa (IBOVESPA) é o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado de ações brasileiro. Sua relevância advém do fato do Ibovespa retratar o comportamento dos principais papéis negociados na BM&FBovespa e também de sua tradição, pois o índice manteve a integridade de sua série histórica e não sofreu modificações metodológicas desde

sua implementação em 1968. A lista completa das empresas incluídas nessa amostra está apresentada no Anexo A.

### 3.2 COLETA DE DADOS

Para a obtenção dos dados, as principais fontes utilizadas foram as demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como as demonstrações financeiras consolidadas, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Outras fontes de materiais auxiliares foram utilizadas neste trabalho, a saber:

- a) Pronunciamentos Contábeis;
- b) Material de treinamento da *Education Initiative* da *IFRS Foundation*; e
- c) Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP).

### 3.3 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

O método escolhido para o estudo, por ser exploratório, apresenta a limitação de não se poder generalizar as conclusões do resultado do estudo. Embora haja menção acerca do IFRS e sua respectiva adoção pelas empresas, esse teve como objetivo a análise das demonstrações contábeis de 2010 e apresentar as políticas e práticas contábeis adotadas pelas empresas, bem como suas respectivas divulgações. Portanto, esse trabalho não tem como objetivo realizar qualquer julgamento acerca das empresas aqui estudadas.

Entretanto, a decisão do que deveria ser apresentado neste trabalho, que diz respeito à maneira como determinada empresa tratou (ou não tratou) a questão do custo atribuído, inevitavelmente envolve certo grau de interpretação. Portanto, é possível que outros estudantes ou profissionais analisando as mesmas demonstrações contábeis possam, em determinados casos, ter uma visão diferente.

Por fim, cabe ressaltar que nem todos os desafios da implementação das normas internacionais IFRS podem ser compreendidos somente por meio da análise detalhada das demonstrações contábeis. Dessa forma, é importante salientar que parte dos complexos

detalhes que envolvem a aplicação prática desse novo padrão, não fica claramente evidente em uma análise das notas explicativas das demonstrações financeiras publicadas.

### 3.4 TRATAMENTO DE DADOS

Foram objeto de análise 58 demonstrações financeiras consolidadas, conforme exposto no item 3.1 acima. Note-se ainda que a adoção do custo atribuído para mensuração de ativos imobilizados na adoção inicial é uma opção, e não uma obrigação. Dentro desse contexto, buscou-se identificar e analisar quais das empresas da amostra efetivaram essa opção por usar essa base de mensuração na adoção inicial. O resultado foi que houve a evidência que, das 58 companhias analisadas, 8 companhias (13,79%) avaliaram e adotaram o custo atribuído no ativo imobilizado.

A Companhia Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras) informou em sua nota explicativa que não aplicou o custo atribuído para valorização dos seus ativos imobilizados, em função dos valores contábeis não serem substancialmente diferentes dos seus respectivos valores justos, exceto para os ativos petroquímicos oriundos de investimentos em coligadas, cujo impacto de R\$ 97 mil foi reconhecido em 1º de janeiro de 2009 no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial.

Uma das exigências para as empresas que adotaram o custo atribuído inicial foi justamente apresentar os respectivos ajustes decorrentes dessa alteração, de modo a conciliar os valores anteriores com esses novos valores justos.

## 4 RESULTADOS E ANÁLISES

O objetivo deste capítulo é apresentar o estudo realizado nas demonstrações e nas notas explicativas das 8 companhias que avaliaram e adotaram o custo atribuído em seu ativo imobilizado.

Quadro 1 – Empresas que efetivamente utilizaram o custo atribuído nas suas demonstrações financeiras

#	Companhia	Auditor	Em milhares de reais		A / B
			Ativo Imobiliado (A)	Ativo Total (B)	
1	Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)	KPMG	7.024.474	14.665.324	47,90%
2	Companhia Energética de SP (Cesp)	Deloitte	16.476.849	18.884.004	87,25%
3	Companhia Paranaense de Energia (Copel)	Deloitte	6.663.945	17.859.432	37,31%
4	CPFL Energia S.A	KPMG	5.786.466	20.056.805	28,85%
5	Gerdau S.A	Deloitte	505.611	23.588.992	2,14%
6	Klabin S.A	Deloitte	5.004.023	12.261.243	40,81%
7	Light S.A	KPMG	1.628.893	9.594.924	16,98%
8	Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A	BDO	6.963.142	22.599.586	30,81%

Fonte: Demonstrações Financeiras Consolidadas, 31 de dezembro 2010.

Vale ressaltar que todas as companhias da amostragem desta pesquisa adotaram os IFRSs completos (a versão em vigor em 31 de dezembro de 2010) nas demonstrações consolidadas e os CPCs completos nas demonstrações individuais.

### 4.1 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (CEMIG)

A CEMIG avalia os bens do seu ativo imobilizado pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela companhia, são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A depreciação e amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas



determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens. As principais taxas de depreciação dos ativos do imobilizado estão demonstradas na nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras de 2010 da companhia.

A companhia decidiu por mensurar os ativos imobilizados pelo custo atribuído dos seus ativos de geração mais antigos na data do balanço de abertura do exercício de 2009. Para os ativos de geração mais novos, o entendimento da companhia é de que o custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável é a prática que melhor representa seus ativos imobilizados. É importante ressaltar que a companhia não alterou sua política de dividendos em função da adoção do valor justo como custo atribuído para os ativos antigos de geração.

Ressalta-se que a companhia, em atenção a Interpretação Técnica ICPC 01 – Ativo Imobilizado do CPC, contratou empresa especializada para avaliação dos seus ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição.

#### 4.2 COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO (CESP)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 27 e ICPC 10 (IAS 16), a companhia optou pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura na data da transição em 01 de janeiro de 2009 pelos seus valores justos estimados por avaliadores independentes.

Exceto para a conta de terrenos, os bens integrantes da infraestrutura de cada usina (exceto Paraibuna e Jaguari) foram valorizadas ao custo de reposição depreciado, de acordo com a planilha de orçamentação da Eletrobrás. Os valores históricos de terrenos foram atualizados monetariamente utilizando a condição valor em uso.

Os custos socioambientais também foram considerados de acordo com a legislação atual (usina nova). Para cálculo da depreciação das usinas foram utilizadas as vidas úteis econômicas determinadas pela ANEEL. Também foram incluídos os custos de juros durante o prazo médio de construção de uma usina (remuneração do ativo em construção).

O custo de reposição depreciado de cada usina foi testado pelo respectivo valor recuperável (*impairment*), considerando os seguintes fluxos de caixa: (i) o valor presente dos fluxos das operações pelo prazo remanescente da concessão; e (ii) o valor presente do fluxo

de caixa futuro da indenização, com base no custo de reposição depreciado, calculado até o final da concessão.

Por esta metodologia, o valor justo das usinas registrado em 01 de janeiro de 2009 está representado pelo valor de reposição depreciado ou valor recuperável (fluxo de caixa descontado das operações e da indenização) dos dois o menor.

#### 4.3 COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (COPEL)

O Grupo optou pela adoção do custo atribuído para os ativos relacionados à atividade de geração de energia na Copel Geração e Transmissão, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01 de janeiro de 2009 pelos seus valores estimados por especialistas internos (engenheiros). A avaliação foi realizada por unidade geradora de caixa considerando a utilização dos bens, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso, o ambiente econômico em que eles operam e o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da companhia,

Pelo descrito nas notas explicativas da companhia, os relatórios de avaliação gerados pelos especialistas datados de 15 de fevereiro de 2011 foram aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Grupo. Adicionalmente, foi realizada a revisão da vida útil econômica estimada e do valor residual. O aumento na despesa de depreciação recalculada em decorrência da aplicação do custo atribuído resultou em R\$ 156.453 em 2010 e, R\$ 155.058 em 2009.

Para os ativos relacionados às atividades de telecomunicações, estudos internos do Grupo apontaram que os saldos contabilizados em 01 de janeiro de 2009 estavam aderentes aos seus valores justos, pois: i) não possuem forte evidência de que existiam diferenças entre o valor justo, diminuído da depreciação contabilizada naquele exercício e o valor justo apurado na abertura do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2009, e ii) o resultado do teste de recuperação dos ativos demonstra que o ativo analisado é plenamente capaz de recuperar seu valor contábil ao longo da vida útil.

De acordo com o ICPC 10, a partir de 01 de janeiro de 2010, foram revistas as vidas úteis destes bens, sendo que as principais alterações nas taxas de depreciação estão descritas na Nota Explicativa nº 17.5. Esta mesma metodologia foi aplicada para as controladoras: UEG Araucária Ltda., Elejor e Centrais Eólicas.

A companhia estimou que os efeitos decorrentes da adoção do custo atribuído na despesa de depreciação nos exercícios futuros serão próximos aos realizados em 2009 e 2010.

#### 4.4 CPFL ENERGIA S.A

A CPFL informa em sua nota explicativa 3.4 que os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. A empresa incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O processo de avaliação dos ativos de acordo com as regras do CPC e IFRS na data de transição foi realizado através da segregação em dois grupos:

1. Ativos avaliados pelo custo atribuído na data de transição: modelo adotado para os ativos construídos e postos em serviço a longa data em que não seja possível a reconstrução da formação de seu custo ou em que o custo associado a este levantamento não traga um benefício para a apresentação destas demonstrações financeiras. Desta forma, o custo destes ativos imobilizados na data de transição foi determinado de acordo com o seu respectivo valor de mercado e os valores reavaliados estão sendo apresentados tanto para o custo como para a depreciação acumulada. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.
2. Ativos avaliados pelo custo histórico: modelo adotado pela empresa para ativos recém construídos em que a base de formação do custo é facilmente comprovada e que os valores a custos históricos estejam próximos de seus respectivos valores de mercado. Para estes casos, as controladas procedem análise de modo a assegurar que a composição do custo esteja em consonância com as atuais práticas contábeis.

Ressalta-se ainda que o custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os ativos

imobilizados foram avaliados ao seu respectivo valor de mercado, com base em laudo de avaliação preparado por empresa de engenharia independente, especializada em avaliação patrimonial.

#### 4.5 GERDAU S.A

A companhia utilizou o custo histórico deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos que não são depreciados, como custo atribuído em virtude de não haver diferença substancial entre o valor contábil ao valor justo dos ativos imobilizados. A companhia e suas controladas agregam mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em formação os custos de empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização:

- a) O período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização dos custos de empréstimos quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;
- b) Os custos de empréstimos são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização ou a taxa específica, no caso de empréstimos para aquisição de imobilizado;
- c) Os custos de empréstimos capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e
- d) Os custos de empréstimos capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

#### 4.6 KLABIN S.A

Conforme estava descrito na nota explicativa nº 13, a empresa optou por adotar o custo atribuído durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela atribuição de custo do ativo imobilizado somente para a classe de terras florestais. Os valores atribuídos foram determinados através de laudo preparado por

empresa especializada, ao qual gerou um aumento no ativo imobilizado cuja contrapartida do saldo foi registrada no patrimônio líquido, no grupo “Ajustes de avaliação patrimonial”.

#### 4.7 LIGHT S.A

Os ativos imobilizados são mensurados ao custo de aquisição, formação ou construção, corrigido monetariamente até 1995, deduzido da depreciação acumulada. Juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado.

A empresa controlada Light Energia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado das usinas que apresentavam valor contábil substancialmente inferior ao seu valor justo. Os demais bens do ativo imobilizado foram mantidos ao custo histórico, ou por estarem em construção ou por atenderem aos requisitos de imobilização previstos no CPC 27 e na opinião da Administração, estarem em linha com seus valores justos.

#### 4.8 MARFRIG FRIGORÍFICOS E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A

A companhia e suas controladas nacionais adotaram o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado, principalmente para as classes como segue:

Quadro 2 – Metodologia adotada pela MARFRIG para cálculo do custo atribuído do ativo imobilizado

<b>Classe de Imobilizado</b>	<b>Metodologia adotada</b>
Terrenos	Método Evolutivo
Edificações e prédios	Método Evolutivo
Máquinas e equipamentos	Método Evolutivo
Móveis	Método Evolutivo
Instalações industriais	Método Evolutivo
Equipamentos informática	Método Evolutivo
Veículos	Método Evolutivo

**Fonte:** Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S.A.

**Nota:** Método Comparativo de dados de mercado – de acordo com a NBR 14.653 da ABNT.

Método Evolutivo – item 8.2.4 da NBR 14.653-2 da ABNT.

Os laudos atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado por avaliadores independentes e elaborados de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Norma NBR-14.653, emitida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em estrita observância dos postulados constantes dos Códigos de Ética Profissional do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA e do Instituto de Engenharia Legal – IEL, além das demais determinações contidas na legislação pertinente.

Cumprido ressaltar que os valores de custo atribuído são decorrentes dos ajustes de *business combination* conforme descrito na nota explicativa nº 11 da empresa analisada.

As controladas localizadas no exterior não exercem a opção de adoção do custo atribuído para seus ativos imobilizados, visto que não identificou bens de valores relevantes com valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo.

Considerando que a companhia e suas controladas procederam a adoção do custo atribuído para seus ativos imobilizados, visando assim mensurar tais ativos a seus valores justos quanto a adoção das práticas internacionais, as reservas de reavaliação foram estornadas para fins de apresentar adequadamente os impactos referentes ao custo atribuído.

## 5 CONCLUSÃO

Para a contabilidade brasileira, pode-se afirmar que o ano de 2010 foi um verdadeiro divisor de águas. O processo de convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade, o padrão IFRS, constitui sem dúvida a maior mudança ocorrida na contabilidade nacional desde a publicação da Lei 6.404 no ano de 1976. A Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

A publicação da Lei nº 11.638/2007 determinou as primeiras alterações no sentido da harmonização da contabilidade brasileira. Entretanto, é fato que o ano de adoção inicial é apenas o início de toda uma mudança de filosofia na forma como as companhias elaboram e divulgam suas informações financeiras ao mercado.

Nesse cenário, não é surpreendente o fato de que contadores, auditores e investidores estivessem confusos. Afinal, qualquer mudança, por mais trivial que seja, implica no processo de reaprendizagem de todas as partes envolvidas. Obviamente, não é neste primeiro momento que se verificam demonstrações contábeis completamente aderentes às normas internacionais. Isso porque o processo de reaprendizagem leva tempo, especialmente quando tal processo implica numa mudança cultural.

A mudança de uma contabilidade baseada em regras para uma contabilidade baseada em princípios aumentou o grau de julgamento exigido pelos responsáveis das demonstrações contábeis. Consequentemente, tais profissionais possuem, a partir de agora, grande responsabilidade na seleção e aplicação das premissas e estimativas contábeis. Do mesmo modo, a exigência de divulgação completa e adequada das políticas e estimativas consideradas críticas tende a ser uma informação extremamente importante para os usuários das demonstrações. Nesse contexto, a subjetividade trazida por uma contabilidade baseada em princípios exige um *enforcement* ainda maior por parte dos reguladores do mercado brasileiro, a fim de se garantir a comparabilidade entre demonstrações contábeis.

O objetivo deste trabalho foi responder ao seguinte problema: As empresas obrigadas a adotar os IFRSs mensuraram o Ativo Imobilizado na data de transição pelo custo atribuído? Esta pergunta surgiu da necessidade de se verificar se as maiores companhias abertas, na adoção inicial das normas internacionais no Brasil, “reavaliaram” o valor dos seus ativos imobilizados pelo custo atribuído. Esse ponto foi fortemente recomendado pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis (CPC) que encorajou as empresas a mensurar tais ativos pelo custo atribuído, que seria o valor justo desses ativos nessa data.

Para responder a essa pergunta, foi realizada uma análise nas demonstrações financeiras consolidadas de 58 companhias abertas não financeiras com ações de maior liquidez na Bolsa de Valores de São Paulo buscando-se, dessa forma, a plena adoção da prática do custo atribuído como forma de ajuste nos valores dos ativos fixos dessas companhias. Outras fontes analisadas foram obras acadêmicas publicadas tratando do assunto de avaliação de ativos e sua respectiva publicação de informação dessa avaliação.

Através da pesquisa realizada conclui-se que a maioria das companhias da amostra não adotou o custo atribuído na adoção inicial das normas internacionais. Da amostra de 58 companhias, apenas 8 companhias (13,79%) avaliaram e adotaram o custo atribuído do seu ativo imobilizado.

Evidenciou-se que das 8 companhias que avaliaram e adotaram o custo atribuído do seu ativo imobilizado, 5 companhias (62,50%) são do setor elétrico. Salienta-se que foram visitados o site da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e não se encontrou evidências de uma determinação expressa desse órgão para que as empresas do setor elétrico adotem a prática do custo atribuído. Apenas há o Despacho nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, que aprova e torna obrigatório para todas as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços e instalações de energia elétrica, assim como, no que for aplicável, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, os seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC: CPC 11; CPC 15 a 17; CPC 20 a 28; e CPC 30 a 33. Um outro ponto relevante a ser considerado no caso das empresas do setor elétrico é que com a adoção do *Deemed Cost*, a vida útil remanescente dos ativos e o seu valor residual previsto serão fundamentais para a definição do novo valor depreciável e da nova taxa de depreciação. Esses itens são custos fundamentais para a formação de preço da indústria elétrica.

Um exemplo típico da divulgação dos motivos para a não adoção do custo atribuído foi a adotada pela América Latina Logística S.A (ALL): "Demonstração Contábil da América latina Logística, Nota Explicativa nº 2.12. Imobilizado: A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Companhia possui



controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens”.

A não adoção do custo atribuído na adoção inicial das normas internacionais fica também evidenciada na análise dos dois trabalhos utilizados para análise neste trabalho. Ao final da análise dos referidos trabalhos pode-se observar, no que tange ao nível de divulgação, que há uma ausência de regulamentação clara e objetiva sobre o valor justo. Consequentemente, essa ausência acarreta omissão de itens importantes que aumentariam a qualidade da informação prestada.

Em suma, ao fazer o uso do custo atribuído a companhia consegue ajustar os saldos de seus ativos ao valor justo para adotar as práticas do CPC 27. Contudo, se ela já possuía ativos reavaliados deverá utilizar essa reavaliação anterior como o custo atribuído ao ativo.

Entende-se que o objetivo do estudo foi alcançado pois, não só respondeu a pergunta da pesquisa, como possibilitou melhor entendimento do assunto analisado. Este trabalho também instiga os profissionais da área contábil a buscar cada vez mais aperfeiçoamento, pois as mudanças alteram os antigos conceitos sobre a contabilidade brasileira, exigindo muito estudo e motivação para enfrentar as turbulências que prometem alterar a rotina desses profissionais.

As recomendações para futuros estudos são:

- a) Desenvolver estudos que busquem identificar as causas e motivos da pouca aplicação do custo atribuído pelas companhias;
- b) Desenvolver estudos que possam medir o impacto futuro dessa decisão no valor do imobilizado das companhias.

Os impactos esperados desta pesquisa são os de despertar:

- a) IFRSs em “constante” mudança (aprimoramentos);
- b) As regras específicas de Transição;
- c) A frequência da implantação de políticas contábeis facultadas (não obrigatórias) por empresas brasileiras;
- d) A característica de diferentes empresas que adotam versus as que não adotam tais políticas contábeis não obrigatórias;
- e) A consistência da interpretação e implantação de novas políticas contábeis;
- f) Verificar impactos posteriores da adoção de novas políticas contábeis (enfoque em julgamento e tomada de decisão (J&TD)).

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **Despacho nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/>> Acesso em: 15 jan. 2013.

ANDRADE, Maria Elisabeth Moreira Carvalho; SILVA, Denise Mendes da; MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes. **Escolhas Contábeis em Propriedades para Investimento**. Disponível em: <<http://www.BR&q=maria+elizabeth+moreira+e+carvalho+andrade+e+denise+mendes+da+silva+e+rodrigo+fernandes+malaquias+escolhas+contabeis+propriedades+para+investimento>> Acesso em: 10 abr. 2013.

BATISTA, Fabian Ferreira *et al.* **Uma análise da mensuração e evidenciação de propriedades para investimentos nas companhias brasileiras do setor de exploração de imóveis**. Disponível em: <<http://www.revistaambiente,2013,ccsa.ufrn.br>> Acesso em: 10 abr. 2013.

BRASIL. **Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato\\_2007-2010/2007/lei/11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2007-2010/2007/lei/11638.htm)>. Acesso em 18 abr 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm)>. Acesso em: 18 abr. 2012.

COMISSÃO DE VALORES IMOBILIÁRIOS – CVM. **Deliberação CVM 583, de 31 de julho de 2009**. Disponível em: [http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos\\_Redir.asp?Tipo=D&File=%5Cdeli%5Cdeli583.doc](http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos_Redir.asp?Tipo=D&File=%5Cdeli%5Cdeli583.doc)>. Acesso em: 10 set 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro**. Aprovado em 26 jun 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=40>>. Acesso em: 01 dez. 2012.

\_\_\_\_\_. **27 – Ativo Imobilizado**. Aprovado em 07 agosto de 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=37>>. Acesso em: 11 ago. 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC) **Pronunciamento Técnico PME** – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Disponível em: <[http://www.cpc.org.br/pdf/CPC\\_PMEeGlossario\\_R1.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_PMEeGlossario_R1.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2012.

\_\_\_\_\_. **Training Material for the IFRS for SMEs, including the full text of Section 3 Financial Statement Presentation of the International Financial Reporting Standard (IFRS) for Small and Medium-sized Entities (SMEs)** issued by the International Accounting Standards Board. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/IFRS-for-SMEs/Pages/Training-material.aspx>>. Acesso em: 11 nov 2012.

\_\_\_\_\_. **IFRS para PMEs**. Norma internacional de relatório financeiro para pequenas e médias empresas : (IFRS para PMEs). São Paulo : IBRACON-Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. **Interpretação Técnica ICPC 10** – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43. Aprovado em 04 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=70>>. Acesso em: 11 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. **Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1)** – Redução do Valor Recuperável de Ativos. Aprovado em 06 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC01R1.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.055/05**. Aprovado em 07 outubro de 2005. Disponível em: <[www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1055.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1055.doc)>. Acesso em: 11 maio 2012.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Eugenio Celso; BAPTISTA, Antônio Eustaquio. **Contabilidade Geral**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1978.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Instrução normativa 130**, de 10 de novembro de 1999.

Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/Ant2001/1999/in13099.htm>>. Acesso em: 05 out. 2012.

\_\_\_\_\_. **Instrução normativa 162, de 31 de dezembro de 1998**. Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/Ant2001/1998/in16298.htm>>. Acesso em: 05 out. 2012.

\_\_\_\_\_. **Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99**. Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/RIR/default.htm>>.

Acesso em: 10 set. 2012.

SANTOS, José Luiz dos *et.al*. **Teoria da Contabilidade**: introdutória, intermediária e avançada. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade Societária**: Atualizado pela Lei nº 10.303/01. São Paulo: Atlas, 2002.

SCHMIDT, Paulo. **História do Pensamento Contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SZUSTER, Natan *et al*. **Contabilidade geral**: introdução à contabilidade societária. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

## GLOSSÁRIO

Esta seção tem o objetivo de definir de forma sucinta alguns termos que foram mencionados neste trabalho.

*Valor contábil* é o valor pelo qual um ativo é reconhecido após a dedução da depreciação e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

*Custo* é o montante de caixa ou equivalente de caixa pago ou o valor justo de qualquer outro recurso dado para adquirir um ativo na data da sua aquisição ou construção, ou ainda, se for o caso, o valor atribuído ao ativo quando inicialmente reconhecido de acordo com as disposições específicas de outros Pronunciamentos, como, por exemplo, o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações.

*Valor específico para a entidade* (valor em uso) é o valor presente dos fluxos de caixa que a entidade espera

- a) Obter com o uso contínuo de um ativo e com a alienação ao final da sua vida útil; ou
- b) incorrer para a liquidação de um passivo.

*Valor justo* é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

*Perda por redução ao valor recuperável* é o valor pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

*Ativo imobilizado* é o item tangível que:

- a) É mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e
- b) espera-se utilizar por mais de um período.

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

*Valor residual de um ativo* é o valor estimado que a entidade obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil.

*Vida útil* :

- a) É o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo; ou
- b) o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

*Mercado ativo* é um mercado no qual todas as seguintes condições existem:

- a) Os itens transacionados no mercado são homogêneos;

- b) vendedores e compradores com disposição para negociar podem ser encontrados a qualquer momento para efetuar a transação; e
- c) os preços estão disponíveis para o público.

*Unidade geradora de caixa* é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

*Ativos corporativos* são ativos, exceto ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), que contribuem, mesmo que indiretamente, para os fluxos de caixa futuros tanto da unidade geradora de caixa sob revisão quanto de outras unidades geradoras de caixa.

*Despesas de venda ou de baixa* são despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda ou à baixa de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, excluindo as despesas financeiras e de impostos sobre o resultado gerado.

*Valor depreciable, amortizável e exaurível* é o custo de um ativo, ou outra base que substitua o custo nas demonstrações contábeis, menos seu valor residual.

*Depreciação, amortização e exaustão* é a alocação sistemática do valor depreciable, amortizável e exaurível de ativos durante sua vida útil.

*Valor justo líquido de despesa de venda* é o montante a ser obtido pela venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa em transações em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, menos as despesas estimadas de venda.

*Perda por desvalorização* é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

*Valor recuperável* de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

## ANEXO A: RELAÇÃO DE EMPRESAS ANALISADAS

Índice Bovespa

Carteira Teórica - 30/12/2010

#	Ação	Part.(%)	Auditor	Em milhares de reais		A / B
				Ativo Imobiliário (A)	Ativo Total (B)	
1	ALL - América Latina Logística S A	1,0514	Ernst & Young Terco	127.034	5.113.943	2,48%
2	B2W - Companhia Global do Varejo	0,7536	Ernst & Young Terco	122.471	3.034.130	4,04%
3	Banco Bradesco S A	2,9283	PricewaterhouseCoopers	3.669.281	602.954.024	0,61%
4	Banco do Brasil S A	2,5898	KPMG	5.553.136	802.819.794	0,69%
5	Banco Santander (Brasil) S A	1,0454	Deloitte	4.518.109	374.662.683	1,21%
6	BMFBOVESPA S A	3,7521	PricewaterhouseCoopers	367.134	22.633.975	1,62%
7	BRADSPAR S A	1,0248	PricewaterhouseCoopers	7.551.763	14.281.252	52,88%
8	Brasil Ecodiesel Indústria e Comércio de Combustíveis S A	1,0521	Deloitte	489.433	1.321.802	37,03%
9	Brasil Telecom S A	0,4056	Deloitte	5.316.799	26.886.114	19,78%
10	Brasken S A	0,7025	PricewaterhouseCoopers	19.366.272	34.477.491	56,17%
11	BRF - Brasil Foods S A (BR Foods)	1,5523	KPMG	9.066.831	27.751.547	32,67%
12	Brookfield Incorporações S A	0,6033	Deloitte	52.265	7.435.973	0,70%
13	CCR Rodovias S A	0,8618	KPMG	393.122	12.767.531	3,08%
14	Centrais Elétricas Brasileiras S A - Eletrobras	1,5610	PricewaterhouseCoopers	46.682.498	146.901.002	31,78%
15	Cielo S A	1,4684	Deloitte	360.290	3.771.406	9,55%
16	Companhia Brasileira de Distribuição (Pão de Açúcar)	0,9149	Ernst & Young Terco	6.703.595	29.932.748	22,40%
17	Companhia de Bebidas das Américas (Ambev)	1,0743	PricewaterhouseCoopers	7.032.298	42.678.300	16,48%
18	Companhia de Saneamento Básico do Estado de SP (SABESP)	0,4143	PricewaterhouseCoopers	249.606	23.350.584	1,07%
19	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP)	0,2412	Ernst & Young Terco	9.044	6.492.509	0,14%
20	Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)	1,1089	KPMG	7.024.474	14.665.324	47,90%
21	Companhia Energética de SP (Cesp)	0,6792	Deloitte	16.476.849	18.884.004	87,25%
22	Companhia Paranaense de Energia (Copel)	0,6331	Deloitte	6.663.945	17.859.432	37,31%
23	Companhia Siderúrgica Nacional	3,0561	KPMG	13.776.567	37.801.214	36,44%
24	CPFL Energia S A	0,4552	KPMG	5.786.466	20.056.805	28,85%
25	Cyrela Brazil Realty S A	1,8098	Ernst & Young Terco	168.723	12.042.561	1,40%
26	Duralex S A	0,5648	PricewaterhouseCoopers	2.698.783	6.170.867	43,73%
27	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de SP S A	0,5910	Ernst & Young Terco	15.204	11.396.011	0,13%
28	Empresa Brasileira de Aeronáutica S A (Embraer)	0,7640	PricewaterhouseCoopers	2.001.074	13.981.014	14,31%
29	Fibra Celulose S A	1,4104	PricewaterhouseCoopers	12.979.431	30.163.492	43,03%
30	Gafisa S A	1,4749	Ernst & Young Terco	80.852	9.549.554	0,85%
31	Gerdau S A	3,5806	Deloitte	505.611	23.588.992	2,14%
32	Gol Linhas Aéreas Inteligentes S A	1,0390	Deloitte	3.460.968	9.063.847	38,18%
33	Itau Unibanco Holding S A	6,0468	PricewaterhouseCoopers	4.802.000	727.481.000	0,66%
34	JBS S A	1,0437	BDO	7.598.963	35.910.582	21,16%
35	Klabin S A	0,5041	Deloitte	5.004.023	12.261.243	40,81%
36	Light S A	0,6433	KPMG	1.628.893	9.584.924	16,98%
37	LLX Logística S A	0,4715	KPMG	791.923	1.600.208	49,49%
38	Lojas Americanas S A	1,0877	Ernst & Young Terco	638.406	7.996.619	7,98%
39	Lojas Renner S A	0,9752	PricewaterhouseCoopers	412.603	2.456.015	16,80%
40	Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos S A	0,5645	BDO	6.963.142	22.599.586	30,81%
41	MMX Mineração e Metais S A	1,1988	KPMG	47.956	2.903.366	1,65%
42	MRV Engenharia e Participações S A	1,1746	Deloitte	51.180	6.791.338	0,75%
43	Natura Cosméticos S A	0,8575	Deloitte	560.467	3.221.871	17,40%
44	OGX Petróleo e Gás Participações S A	3,4025	KPMG	27.624	9.988.534	0,28%
45	PDG Realty S A	2,6519	Ernst & Young Terco	204.924	15.386.410	1,33%
46	Petróleo Brasileiro S A (Petrobras)	12,3164	KPMG	189.775.280	466.655.103	40,67%
47	PortX Operações Portuárias S A	0,3698	KPMG	1.282.338	1.533.815	83,60%
48	Redecard S A	1,1750	PricewaterhouseCoopers	286.576	22.979.256	1,25%
49	Rossi Residencial S A	1,0539	BDO	88.067	7.134.342	1,23%
50	Souza Cruz S A	0,4612	PricewaterhouseCoopers	788.204	4.474.119	17,62%
51	TAM Linhas Aéreas S A	1,0115	PricewaterhouseCoopers	8.711.850	14.459.063	60,25%
52	Telecomunicações de São Paulo S A (Telesp)	0,1626	Ernst & Young Terco	10.200.697	19.966.294	51,09%
53	Telemar Participações S A	1,3614	BDO Auditores Independentes	23.349.078	76.192.636	30,64%
54	Tim Participações S A	1,0145	PricewaterhouseCoopers	5.863.723	19.370.852	30,27%
55	Ultrapar Participações S A	0,4894	KPMG	4.003.704	12.989.843	30,82%
56	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S A (Usiminas)	2,8494	PricewaterhouseCoopers	14.275.006	31.819.559	44,86%
57	Vale S A	15,0690	PricewaterhouseCoopers	130.086.834	214.662.114	60,60%
58	Vivo Participações S A	0,8797	Ernst & Young Terco	10.200.697	19.966.294	51,09%

100%

Fonte: Índice Bovespa - Carteira Teórica, 30 de dezembro de 2010.